

À Diretora Superintendente do Sebrae – TO

Por intermédio da CPL – Comissão Permanente de Licitação

Concorrência SEBRAE TO 15/2014

Docflow 8006/2014

IBGP – Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa, vem respeitosamente em face da divulgação da Ata de Concorrência, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão que o desclassificou da concorrência – Registro de Preços 015/2014 TO, - 8006/2014.

Ilm.a Sr.a Diretora Superintendente do SEBRAE- TO

**Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa – IBGP**, com sede à Avenida do Contorno 1298, loja 08, bairro Floresta, na cidade de Belo Horizonte – MG, CEP 30.110-008, inscrita sob o CNPJ 13.761.170/0001-30 neste ato representado pelo Diretor Financeiro de Projetos Paulo Márcio Gualberto Moreira vem apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação que desclassificou a Recorrente na sessão pública realizada no dia 11 de dezembro de 2014, sendo dada ciência a Recorrente no dia 12 de dezembro de 2014, conforme item

10.1 do edital concorrência 015-2014.

### **I – Do prazo**

O resultado do certame foi realizado no dia 11 de dezembro de 2014, conforme consta na ATA de Concorrência 015-2014, sendo dada ciência a RECORRENTE no dia 12 de dezembro de 2014, conforme item 10.1 do edital de concorrência 015-2014.

O referido edital, em seus itens 11.1 e seguintes discorrem sobre a forma e o prazo para interposição do Recurso, senão vejamos:

11.4 -Os Recursos serão dirigidos à Diretora Superintendente, por intermédio da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da comunicação de divulgação do resultado da licitação.

Da mesma forma o Sebrae, em sua Resolução CDN 213/2011 repete o disposto no edital em seu artigo 22.

Dessa forma, como a Recorrente teve ciência da Ata de Concorrência no dia 12 de dezembro de 2014 (sexta feira), o prazo fatal para apresentação do mesmo se dá no dia 19 de dezembro de 2014, portanto tempestivo o Recurso.

### **II- Do Cabimento do Recurso**

O edital dispõe no item 11.3 sobre o cabimento do Recurso:

11.3 – Os recursos referentes à habilitação, à inabilitação e ao julgamento das propostas serão cabíveis em um único momento, isto é, depois de divulgado o resultado da análise dos documentos de habilitação e da proposta em evidência.

Ainda de acordo com o artigo 24 da Resolução CDN 213-2011, os recursos terão efeitos suspensivos. A análise do presente recurso não só está assegurada pelas resoluções internas do Sebrae e pelo edital de licitação, como também pela CF/88 que assegura, mesmo no âmbito administrativo a ampla defesa e o contraditório.

Dessa forma, resta claro o cabimento do presente recurso.

### **III – Dos Fatos**

Foi convocada concorrência do tipo “menor preço” pelo Sebrae- TO, através do processo 015-2014, destinada ao registro de preços para contratação futura de empresa que faça o recrutamento e seleção bem como a organização e execução de processos seletivos públicos para profissionais do nível médio e superior pelo regime da CLT.

No dia 11 de dezembro de 2014, foram abertas as propostas das empresas participantes na cidade de Palma – TO. Sendo certo que todas as empresas participantes foram credenciadas. Em ato contínuo foram abertas as propostas, sendo que a Comissão considerou que o IBGP – Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa, apresentou proposta com erro formal, na parte de quantitativos de processo seletivo e portanto declarou a mesma desclassificada conforme item “10.9.1” do edital.

Como restará demonstrado a frente, trata-se de mero erro de formalismo, que em nada prejudica o certame e não tem o condão de invalidar a proposta. Cumpre ressaltar que o próprio edital 015-2014 possui erros de forma, como por exemplo o item mencionado para desqualificar a RECORRENTE.

Uma rápida leitura do item 10.14, nos mostra que falta sequência lógica na numeração, pois temos a seguinte ordem:

10.14 – Serão desclassificadas:

10.9.1 – As propostas que não atendam as exigências do instrumento convocatório da licitação;

10.9.2 – As propostas que apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou excessivos incompatíveis com o preço de mercado ou inexequíveis.

Fica claro que houve um erro de numeração no item mencionado, e nem por isso tal equívoco tem o condão de anular o disposto nele. E caso se entenda de outra forma, o disposto no item teria que ser invalidade também.

Fato similar ocorreu com a proposta da Recorrente, o qual faremos uma breve narrativa:

O SEBRAE disponibilizou um arquivo no formato PDF, notoriamente sabido que o referido artigo não é editável não permitindo qualquer alteração. Para preencher o mesmo, foi criado uma planilha em excel e assim realizar a estimativa de custos. Ao buscar o arquivo enviado pelo SEBRAE para

colar a tabela no arquivo da proposta, foi lançada de maneira errônea excluindo a coluna do quantitativo de processos ao invés da coluna do número de questões a serem elaboradas. O Quadro abaixo nos ajuda a entender a questão:

<b>Descrição</b>	<b>Qt. Perfil</b>	<b>nº questões</b>	<b>Qtd Processo Seletivo</b>
Assistente - PCD	1	52	1
Assistente Ampla Concorrência	1	52	1
Assistente Ampla Concorrência	2	104	1
Assistente Ampla Concorrência	3	156	1
Assistente Ampla Concorrência	4	208	1
Assistente Ampla Concorrência	5	260	1
Analista Técnico Ampla Concorrência 1		52	1
Analista Técnico Ampla Concorrência 2		104	1
Analista Técnico Ampla Concorrência 3		156	1
Analista Técnico Ampla Concorrência 4		208	1
Analista Técnico Ampla Concorrência 5		260	1
Analista Técnico Ampla Concorrência 6		312	1
Analista Técnico Ampla Concorrência 7		364	1
Analista Técnico Ampla Concorrência 8		416	1
Analista Técnico Ampla Concorrência 9		468	1
Analista Técnico Ampla Concorrência 10		520	1

Dessa forma, o quantitativo de processo apareceu com o número de questões que seriam elaboradas. Tal fato poderia sim gerar confusão, caso o número do quantitativo de processos fosse variável, ocorre, que conforme o edital prevê, esse número é fixo, é sempre 1.

Não cabendo aos participantes alterarem tal número. Fica claro que o erro cometido é um erro formal, que não interfere no processo, nem poderia ser alterado pelos concorrentes. **Ocorreu uma inversão na posição das colunas.**

Não podemos permitir que um mero erro de forma seja mais importante que a economia de até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Tal fato não só chega a ser absurdo, como coloca a licitude do certame em discussão.

Qual a efetiva prioridade da licitação?? Uma planilha que continha uma coluna trocada ou que o dinheiro arrecadado seja administrado de forma proba e eficiente?? A resposta para essas questões devem guiar o julgamento do presente Recurso.

#### **IV – Do Direito**

Sendo certo que a alteração não fere a imparcialidade do certame, pelo contrário. A desclassificação da RECORRENTE fere princípios administrativos, bem como imputa maior ônus a Licitante, que recebe verbas públicas através da CIDEs para o sistema S.

Diante disso, a coluna que modificada por engano pode sim, ser considerado mero vício formal, de forma que não interfira no resultado da licitação.

Entender de forma diversa é dar maior valor ao formalismo que a princípios constitucionais consagrados em nossa Carta Magna.

Sendo certo que o SEBRAE não se submete diretamente aos ditames da lei 8.666/93, também é certo que o mesmo não pode descartá-la nem deixar de observar princípios da administração pública, isso porque além de receber verbas públicas também é fiscalizado pelo TCU.

O próprio modelo de licitação aproxima o SEBRAE dos ditames contidos na lei 8.663/93. Modelo esse que foi aprovado pelo Tribunal de Contas da União, e nada mais é que uma simplificação do texto legal. Sendo assim, ao adotar formalismo exacerbado, o Sebrae vai de encontro as decisões dos principais tribunais do país, bem como não encontra respaldo na doutrina pátria. O Principal objetivo do certame deve ser obter o serviço desejado pelo melhor preço possível.

*In casu*, a proposta vencedora é quase R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) mais onerosa que a proposta da RECORRENTE, e como é previsto a dilação da prestação de serviço por até 60 meses, temos que o a proposta pode chegar a quase R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) mais onerosa que a proposta da RECORRENTE.

Marçal Filho nos ensina que a existência de regulamentos próprios não autoriza interpretações incompatíveis com as previstas na lei 8.663/93, entre elas o formalismo exagerado: Senão vejamos:

A existência de regulamentos próprios não autoriza, ao ver do TCU, adoção de interpretações incompatíveis com aquelas prevalentes em face da lei 8.663/93... deverão ser interpretados e aplicados nos limites da orientação prevalente. (Justen, Filho Marçal. Comentário a Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14ª ed São Paulo. Dialética p 44)

A jurisprudência do TCU, órgão fiscalizador do SEBRAE também é pacífica ao exigir que os procedimentos do sistema S sigam as diretrizes da administração pública:

(...) é pacífica a jurisprudência dessa corte no sentido de que as entidades do sistema S

devem realizar aquisições de bens e serviços (...) na forma de seus regulamentos próprios, QUE DEVEM BALIZAR-SE PELOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS RELATIVOS A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (acórdão 24/2009. Relator Ministro Aroldo Cedraz)

A busca pela melhor proposta deve ser perseguida, pois nesse caso, em última instância “quem paga a conta” é o erário.

Apesar de inúmeros editais constarem a possibilidade de desclassificação por erro formal, tal entendimento tem perdido força pela aplicação do princípio da razoabilidade, bem como pela aplicação do princípio da moralidade.

Nesse sentido o professor Marçal nos ensina:

“É necessário ponderar os interesses existentes e evitar resultados que, a pretexto de tutelar o “interesse público” de cumprir o edital, produzam a eliminação de propostas vantajosas para os cofres públicos (...) quando o defeito é irrelevante tem de interpreta-se a regra do edital com atenuação(...)”(Justen, Filho Marçal. Comentário a Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14ª ed São Paulo. Dialética p 642).

Esse é o entendimento do STJ, senão vejamos:

REsp657906CE  
RECURSOESPECIAL  
2004/0064394-4  
Relato: Ministro JOSÉ DELGADO  
PRIMEIRA TURMA  
Data do julgamento: 04/11/2004

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA.  
LICITAÇÃO.  
CARTA CONVITE. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA COM FORMALISMO EXCESSIVO.  
DESCLASSIFICAÇÃO. AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE.

A presente decisão viola o artigo 37, caput bem como o inciso XXI da CF/88 e deve ser reformada.

## **V – Dos Pedidos**

(i) Dessa forma, ante ao todo exposto, por ter sido a exclusão da RECORRENTE baseada apenas em formalismo excessivo, que em nada prejudicou a imparcialidade do certame, e tendo em vista que o interesse público está sendo prejudicado em função da forma, requer que seja julgado procedente o presente recurso, para que a empresa Recorrente não seja desclassificada da licitação.

(ii) Caso entenda não ser possível tal pedido, que seja julgada nula toda a licitação e publicado novo edital por desrespeito aos princípios da moralidade, isonomia, e eficiência

(iii) Requer que seja dado efeito suspensivo ao presente recurso, nos termos do edital e da resolução CDN 213/2011 do SEBRAE.

Temos em que pede deferimento.

Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2014.

Paulo Márcio Gualberto Moreira

Diretor Financeiro IBGP

## CPL

---

**De:** Bruno Rafalle do Monte <bruno.monte@ibgp.org.br>  
**Enviado em:** quarta-feira, 17 de dezembro de 2014 15:05  
**Para:** CPL  
**Assunto:** Recurso Sebrae  
**Anexos:** Recurso Sebrae IBGP 2014 -.pdf

Prezados Membros da CPL,

Boa Tarde!

Conforme descrito no edital, segue anexo o recurso do IBGP, em relação a sua desclassificação do processo licitatório SEBRAE TO 15/2014.

Atenciosamente,

Bruno Rafaelle do Monte  
Gerente de Negócios  
Telefax: (31) 3213-5526 – Cel: (31) 9292-8003 [bruno.monte@ibgp.org.br](mailto:bruno.monte@ibgp.org.br) | [www.ibgp.org.br](http://www.ibgp.org.br)

---

Este email foi escaneado pelo Avast antivírus.

<http://www.avast.com>